

“Fizemos a proposta de depósito equivalente a um mês de pagamento”

por Ângela Bittencourt
de São Paulo

O Brasil e os bancos credores estão procurando uma alternativa que garanta o prosseguimento das negociações e evite a reclassificação dos créditos do País pelas autoridades norte-americanas, informou ontem o presidente do Banco Central (BC), Fernando Milliet. “Estamos, em primeiro lugar, examinando o melhor esquema que assegure os progressos dessa primeira fase de negociação com os bancos. Ainda não existe nada resolvido até agora (21 horas de ontem). Fizemos a proposta de um depósito equivalente a cerca de um mês de pagamento dos juros da dívida (cerca de US\$ 1 bilhão), que se poderia transformar num pagamento simbólico de juros, caso as negociações progredissem. Em contrapartida, os bancos também fariam um depósito demonstrando sua boa vontade em refinar a parte da dívida brasileira”, explicou.

A proposta feita pelo Brasil — que segundo Milliet está sendo bem acolhida pelas autoridades norte-americanas — implica que os depósitos sejam feitos no Banco para Compensações Internacionais (BIS), na Basileia, que corresponde a uma espécie de banco central dos bancos centrais.

“A proposta é de que, se algum pagamento ou depósito fosse feito, ele não seria feito diretamente aos bancos, exatamente para demonstrar que ele só existiria de fato se as duas partes chegassem a um acordo sobre o refinanciamento da dívida”.

SEM CONCLUSÃO

O presidente do BC informou que havia conversado com Fernão Bracher, assessor do ministro da Fazenda para Assuntos da Dívida Externa, que estava reunido com os bancos credores em Nova York.

Milliet assegurou: “Falei com a equipe brasileira agora e eles ainda estão conversando. Não existe nenhuma conclusão, por enquanto. Estamos discu-

tindo quais as condicionais para o depósito, caso ele realmente venha a acontecer. E, também, quando ele deveria ser feito”.

Milliet adiantou, contudo, que se as duas partes chegarem a um entendimento sobre os depósitos — como exemplo de boa vontade em prosseguir as negociações — o depósito do Brasil no exterior não deverá ser feito neste momento.

O depósito — que se poderá transformar em pagamento simbólico — está vinculado, entretanto, à perspectiva de negociação que contemple um modelo de acordo que garanta a entrada de recursos para a retomada dos investimentos no País.

FMI

O presidente do BC disse ainda que o Brasil não abre mão da posição, já definida claramente, de não permitir que os acordos com os bancos privados tenham qualquer vinculação com o Fundo Monetário Internacional (FMI). “Não aceitamos a vinculação do FMI com a dívida bancária, que corresponde a cerca de dois terços da dívida brasileira total. Se aceitarmos a vinculação ao Fundo, estaremos vinculando praticamente a negociação de toda a dívida”, explicou.

Milliet assegurou que o País apenas examinará a possibilidade de um acordo com o FMI se esse acordo garantir a entrada de mais dinheiro novo para o País. “Não apenas o dinheiro do próprio Fundo, mas também o dinheiro do Japão; um melhor equacionamento com os credores do Clube de Paris e, portanto, maior perspectiva de novos financiamentos com organismos governamentais; ou ainda, recursos do Banco Mundial. Se o governo brasileiro entender que um acordo com o FMI poderá dar importante impulso ao investimento, ele será analisado, mas por enquanto nem sequer a questão do depósito está acertada com os bancos. Até agora, o Brasil não fechou nenhum compromisso.”